

REESTRUTURAÇÃO URBANA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: NOVAS FORMAS, VELHOS PROCESSOS

URBAN RESTRUCTURING IN CAMPOS DOS GOYTACAZES: NEW FORMS, OLD PROCESSES

Gabrielle de Souza Frade

 <https://orcid.org/0009-0008-7252-3851>

Correspondência: gabrielle.frade@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

DOI: 10.12957/cdf.2025.89476

Recebido em: 31 jan. 2025 | **Aceito em:** 01 fev. 2025

RESUMO

O município de Campos dos Goytacazes, após passar pela reestruturação produtiva nas últimas décadas, tem vivenciado atualmente o processo de reestruturação urbana, entre outros fatores, devido às mudanças nas atividades econômicas predominantes no município que têm promovido migração e êxodo rural. Neste contexto, o bairro Parque Rodoviária, após incremento de infraestrutura e setor de serviços, tem se tornado alvo de investimentos na construção de condomínios fechados de alto padrão que vem sendo construídos no entorno da maior favela do município, fato que tem gerado conflitos e ameaçado a permanência da população mais pobre que, por meio de ações estatais, vem sendo paulatinamente removida para bairros afastados e precários, configurando um quadro de segregação socioespacial.

Palavras-chave: Reestruturação Urbana; Campos dos Goytacazes; Segregação Socioespacial

ABSTRACT

The municipality of Campos dos Goytacazes, after undergoing productive restructuring in recent decades, has currently experienced the process of urban restructuring, among other factors, due to the change in the predominant economic activities in the municipality that have promoted migration and rural exodus. In this context, the Parque Rodoviária neighborhood, after an increase in infrastructure and services sector, has become the target of investments in the construction of high-standard gated condominiums which have been built around the largest favela in the municipality, a fact that has generated conflicts and The permanence of the poorest population is threatened which, through state actions, has been gradually removed to remote and precarious neighborhoods, creating a situation of socio-spatial segregation.

Keywords: Urban Restructuring; Campos dos Goytacazes; Socio-spatial Segregation

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as primeiras preocupações governamentais com as cidades médias datam de 1974, quando foi elaborado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que discutia a necessidade de fortalecer as cidades de porte médio. A preocupação central era possibilitar um desenvolvimento econômico urbano mais equilibrado, promovendo uma política de apoio e incentivo ao desenvolvimento dos centros médios como forma de contenção aos intensos fluxos migratórios em direção às grandes cidades, principalmente do Sudeste. O país carecia de centros urbanos intermediários aptos a receber investimentos que incentivassem a expansão econômica nacional e, a partir desse momento, políticas urbanas e econômicas voltadas ao desenvolvimento de cidades médias brasileiras começaram a ser instituídas.

O município de Campos dos Goytacazes, localizado no estado do Rio de Janeiro, foi um dos que se beneficiou dessa política que podemos caracterizar como de “desconcentração concentrada”, já que havia um reconhecimento de que a opção pelo crescimento econômico acelerado, imposto pelo governo da época para manutenção do período conhecido como “milagre econômico”, não era compatível com uma política efetivamente bem distribuída pelo território nacional em termos regional.

De acordo com a teoria da reversão da polarização, a metropolização seria um fenômeno comum ao estágio de consolidação da estrutura produtiva dos países em desenvolvimento. No entanto, o próprio desenvolvimento econômico desses países daria início a um mecanismo automático de desconcentração das atividades econômicas em direção às cidades de porte médio, o que, por consequência, faria migrar também uma parcela significativa da população. Esse processo teria como fundamento os elevados custos, sociais e privados para o desenvolvimento de certas atividades econômicas nas saturadas metrópoles.

O agravamento de problemas causados pelos desequilíbrios urbano-regionais, a perda da qualidade de vida nas grandes aglomerações urbanas, bem como um aumento acelerado dos problemas sociais das cidades de fato promoveram o aumento do movimento migratório em direção às cidades médias. Desde a década de 1970 essas cidades experimentam um ritmo de crescimento superior ao observado para o conjunto dos centros urbanos do país, tendo ampliado a sua participação na população urbana de cerca de 9% para 28% de acordo com o Censo Demográfico de 2022. Destaca-se o fato de ter havido um crescimento de 2,4% em relação ao Censo 2010, enquanto as metrópoles

declinaram 0,3% o total de sua população. As cidades médias ganharam 8,3 milhões de habitantes. Considerando que a população do país cresceu 12 milhões desde o Censo Demográfico 2010, essas cidades respondem por mais de dois terços desse aumento.

No município de Campos dos Goytacazes a realidade segue o padrão de outras cidades médias brasileiras e desde os anos 70 acumula um incremento populacional. Entre 2010 e 2022, Campos viu sua população saltar de 460.592 para 483.540 habitantes, revelando um aumento de 4,98%, mais que o dobro do aumento populacional médio em cidades médias brasileiras.

Com o período de crise de caráter recessivo da década de 70, as cidades médias, frente ao endividamento do Estado, aproveitando seu potencial de comunicação e articulação entre os grandes centros e as pequenas cidades, proporcionado por suas situações geográficas, além de mão de obra barata e ampla oferta de terras a preços módicos, se tornam cada vez mais visadas como alternativas mais baratas às metrópoles e reforçaram sua posição nos sistemas urbanos regionais, principalmente no centro-sul, área mais desenvolvida industrialmente do país à época.

A segunda metade da década de 80, no período de redemocratização, constituiu um marco para as cidades médias, pois a crescente internacionalização da economia e o aumento da competitividade deram lugar a um novo quadro de relações, onde a reestruturação econômica e a interiorização da indústria brasileira fizeram com que essas cidades passassem a desempenhar papéis antes restritos às cidades grandes e metrópoles. Nos anos 90 tais cidades consolidaram suas potencialidades face a um sistema econômico cada vez mais competitivo e globalizado.

O processo de globalização e o desenvolvimento tecnológico vêm redefinindo os papéis das cidades médias no sistema urbano, tendo em vista seu crescimento econômico e populacional, com ritmos e intensidades distintas, em decorrência de aspectos que envolvem questões políticas, econômicas, sociais e culturais, fato que, é importante destacar, nem sempre representa melhora nos índices de qualidade de vida. Negri (1996) ressalta que, além das indústrias e da população, alguns problemas, antes restritos às metrópoles, também migraram para as cidades médias.

Dessa maneira, tais cidades vêm assumindo importantes papéis na dinâmica de reestruturação urbana, alicerçados pelas suas novas atuações na divisão territorial do trabalho. Elas têm se firmado como polos atrativos, tanto para fluxos migratórios internos, como para novos investimentos empresariais, seja dos setores industrial, comercial e de serviços, seja do setor imobiliário. Nesse sentido, elas têm recebido novos

empreendimentos voltados ao mercado de consumo, como hipermercados, shopping centers, lojas de franquias e redes, concessionárias de veículos, hotéis e diversos estabelecimentos de prestação de serviços. No âmbito intraurbano as cidades médias brasileiras passaram por modificações com redefinições nos padrões de uso do solo e da lógica das centralidades, conforme demonstrado nos estudos de Sposito (1991 e 2004); Whitacker (2003); Montessoro (2006); Dávila (2016) e Silva (2017 e 2020).

O desenvolvimento econômico nessas cidades é também visível em decorrência da concentração e diversificação das atividades comerciais e de serviços, apontando para a existência de segmentos socioeconômicos de maior poder aquisitivo e indicando estratégias eficientes no sentido de capturar consumidores numa escala regional, sejam de outras cidades, sejam dos espaços rurais modernizados, fatos que sugerem a ampliação da centralidade das cidades médias, processo que vem se intensificando nas últimas décadas e promovendo intensa reestruturação nessas cidades.

O município de Campos dos Goytacazes, localizado na região Norte Fluminense, a 234 quilômetros da capital estadual, com um total de 4.027 Km² de área, o maior município em extensão territorial do estado do Rio de Janeiro, tem passado por mudanças importantes no setor terciário com o surgimento de novas atividades comerciais e de serviços, diante do processo de reestruturação urbana engendrado na escala global. O aumento populacional e a necessidade de atendimento às demandas de consumo impulsionaram o surgimento de novas formas comerciais em áreas fora do núcleo central. Tais espaços comerciais criaram novas centralidades que têm condicionado a concentração comercial em bairros que até pouco tempo não dispunham de tais equipamentos ao mesmo tempo que têm promovido intensa valorização da terra urbana.

Campos, que durante os séculos XIX e XX teve como base econômica a indústria sucroalcooleira, se destacando nacionalmente como grande produtor de cana-de-açúcar, viu o cenário mudar com a entrada de empresas paulistas na fabricação de equipamentos para o setor. Na década de 1950 os empresários fluminenses já não acompanhavam o ritmo de modernização do setor e diante do agravamento de problemas de gestão e produtividade o município perde grande parte de seu mercado consumidor (SILVA e CARVALHO, 2004). Em 1967, a fixação pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) de uma escala mínima de produção de 200 mil sacos de açúcar para cada uma das usinas brasileiras vai determinar a desativação de inúmeras usinas em Campos, ampliando a crise no município.

A grande alta dos preços do petróleo a nível mundial em 1973, provoca uma reestruturação do setor sucroalcooleiro, que no Brasil reverberou na criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), culminando na modernização do parque industrial açucareiro do país. Nesse processo, ocorre a passagem de boa parte das usinas campistas para empresários externos à região, mais interessados na aquisição de suas cotas de produção do que em suas instalações industriais, já ultrapassadas tecnologicamente. E foi assim que, de acordo com Piquet; Giviez; Oliveira (2006), Campos dos Goytacazes e todo Norte Fluminense perdem o status de grande produtor do setor a nível nacional.

As dificuldades continuaram, e na década seguinte, muitas usinas fecharam suas portas, o que ocasionou um intenso fluxo migratório em direção à cidade. A partir dos anos 1980, a cidade se vê encurralada pela problemática do processo de favelização, acentuado, sobretudo, pela falência das Usinas de cana-de-açúcar em Campos e pelos inevitáveis conflitos oriundos da expansão urbana insuficiente para o volume demográfico que recebera a cidade ou qualquer iniciativa de controle urbano que se tenha efetivado.

Neste período, porém, a descoberta de petróleo na Bacia de Campos promoveu um novo ciclo econômico, fundamentado em atividades industriais e de serviços ligados à exploração e produção de petróleo e gás. Caracterizado por grandes investimentos em infraestrutura produtiva e expressivos dispêndios com atividades de pesquisa e desenvolvimento e pesados gastos na contratação de serviços ligados à indústria, o setor promoveu perspectivas promissoras ao município, que voltou a uma posição de destaque no cenário nacional com aumento considerável da arrecadação municipal e estadual, ganhos elevados com repasses municipais de royalties, geração de empregos formais, investimentos em infraestrutura etc. (Godoy; Aliprandi, 2016).

Vários foram os setores econômicos que se desenvolveram no município ligados à economia do petróleo, tais como setor químico, mecânico, financeiro, setor de seguros, transportes, indústria naval e da construção civil. O incremento econômico para o poder público municipal, foi grande, além do retorno dos *royalties* e participações especiais, passou a contar, também, com o retorno proveniente dos investimentos efetuados tanto regionalmente, quanto nacionalmente, decorrentes da indústria, dos serviços e do incremento dos salários. O contexto econômico-produtivo no início do século XXI para a região Norte Fluminense pode ser expresso em números. Em 2002, a Bacia de Campos produziu 82,5% da produção nacional de petróleo e 44,3% da produção de gás natural. No mesmo ano, Campos dos Goytacazes alcançou o posto de segundo maior PIB do

estado, atrás apenas da capital, e isto certamente esteve associado aos recursos financeiros gerados pelo petróleo.

Diante da nova realidade orçamentária, Campos passou a ser considerado um município rico, com uma receita pública corrente equiparada a algumas capitais brasileiras. No entanto, de acordo com Piquet, Givisiez e Oliveira (2006) esta transição, da indústria sucroalcooleira para a indústria do petróleo, trouxe pujança econômica ao município, mas causou sérios problemas estruturais com impacto direto sobre a renda das famílias e sobre indicadores sociais e demográficos, com a intensificação do êxodo rural e a incompatibilidade da atividade petrolífera com a anterior, o trabalho nas usinas, que não possuía relação direta de substituição de mão-de-obra.

As mudanças para as novas atividades promovidas pelo petróleo em Campos dos Goytacazes incrementaram a população urbana, consolidando a transição de uma sociedade de base agrária (canaviais) e agroindustrial (usinas do setor sucroalcooleiro) para uma sociedade predominantemente urbana e industrial. O constante crescimento da população urbana, em um contexto de aumento das receitas públicas, vivenciado a partir da Lei do Petróleo (Lei Federal nº 9478/1997), proporcionou uma realidade de abundância de recursos para a implantação de obras e políticas públicas, bem como um panorama de investimentos públicos e privados que impulsionaram a expansão do tecido urbano, que avança sobre a zona rural, inclusive nos antigos terrenos das usinas desativadas.

O grande montante de investimentos alavancados pelo poder público municipal fomentou de forma expressiva os investimentos privados, em especial o mercado imobiliário, e o conjunto dessas ações produziu transformações significativas no tecido urbano campista. É nesse cenário que, nos últimos anos, a porção oeste da cidade, mais especificamente o bairro Parque Rodoviária, tem vivenciado esse processo com a inserção de grandes investimentos na construção de hotéis, centros empresariais e condomínios verticais e horizontais que surgiram após a inauguração do shopping Partage Campos construído às margens da BR – 101, no perímetro urbano da cidade, ao lado da Favela da Margem da Linha, maior favela do município de Campos dos Goytacazes.

2 EXPANSÃO URBANA: A CHEGADA DO SHOPPING CENTER E A ALTERAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO BAIRRO PARQUE RODOVIÁRIA

Observando a evolução do processo de urbanização no município de Campos dos Goytacazes ao longo dos séculos XX e XXI, podemos considerar três momentos importantes. Durante a maior parte do século XX o crescimento da cidade continuou perpetuando a dualidade centro x periferia, presente na maior parte das cidades brasileiras, visto que o centro e as áreas próximas ao centro permaneceram sendo dotados da maioria dos serviços urbanos públicos e privados e ocupados pelas camadas de mais alta renda, enquanto a periferia permaneceu predominantemente subequipada e ocupada pela população de baixa renda.

O primeiro momento corresponde à década de 1940, quando, segundo Faria (1992), os edifícios destinados à fins comerciais se tornavam mais numerosos no centro da cidade, principalmente nos arredores da Praça São Salvador, que havia passado por grandes mudanças promovidas pela reforma de Saturnino Brito, atraindo a camada de maior poder aquisitivo à época.

O segundo momento iniciou-se na década de 1960, quando surgiram os primeiros edifícios residenciais, os quais inicialmente continuaram se localizando no centro, principalmente próximos da Praça São Salvador, buscando atender às classes médias. Nesse segundo momento, os edifícios verticais residenciais já haviam se consolidado como moradia da classe média no Brasil. Durante a década de 80 o fenômeno da verticalização passou a se deslocar para outros espaços, com destaque para a Avenida Pelinca e seu entorno. Esse cenário de especulação imobiliária em ascensão pela economia do petróleo, fez aumentar os fluxos de comércio e serviços em Campos, alimentando um processo de crescimento urbano irreversível.

É neste período que Campos consolida um modelo de expansão complexa e orientada do centro em direção à periferia, favorecendo os interesses das classes dominantes e do mercado imobiliário. Faria (2001) destaca que nesse período ocorreu a acentuação de alguns processos, como a favelização e os loteamentos ilegais, o surgimento dos condomínios fechados residenciais horizontais, voltados para a classe média e alta, localizados nas áreas periféricas, e a verticalização, concentrada na área central e nos bairros ao entorno da Avenida Pelinca, cuja ocupação pela população de mais alta renda já estava consolidada através de habitações unifamiliares.

O terceiro momento corresponde ao início do século XXI, quando os edifícios de apartamentos passaram a ser lançados em um ritmo acelerado. A partir de 2006/2007, a cidade vivenciou um intenso processo de verticalização, com forte concentração de edifícios de apartamentos na área oeste da cidade, na já citada área da Avenida Pelinca e seu entorno. Os motivos para essa concentração estão ligados aos fatores históricos, que conferiram a essa área o status de residência da população de maior renda, o que possibilitou uma estrutura urbanística dotada de infraestrutura e de uma rede bem equipada de serviços e comércios.

O bairro Parque Rodoviária, que até o início dos anos 2000 era área predominantemente rural, com baixa densidade demográfica, herança fundiária da Usina do Queimado, começa a ser incorporado no processo de expansão urbana do município, recebendo obras de infraestrutura e novos equipamentos comerciais, como a instalação de hipermercado, megalojas e do shopping center Partage Campos.

De acordo com dados do Censo da Associação Brasileira de Shopping Center (ABRASCE, 2023) o shopping Partage Campos, inaugurado em abril de 2011, é o maior empreendimento comercial da região Norte Fluminense. O investimento total foi de R\$75 milhões da empreendedora Aliansce Sonae Shopping Centers, maior empresa do país no ramo, que após fusão com o grupo brMalls, passou a se chamar ALLOS. Em negociação recente, porém, o Partage Campos foi comprado por R\$297,9 milhões pelo grupo Partage, que atua principalmente em cidades do interior do país. Tal transação reforça a afirmação de Silva (2017), sobre o shopping center não ser apenas um equipamento comercial, mas um empreendimento de interesse fundiário e imobiliário com capacidade de reestruturação do espaço urbano.

Verifica-se que o impacto da construção do shopping center na produção do espaço de suas imediações foi absolutamente elevado, tornando-se uma das áreas com maior valorização do município, conforme é possível observar na tabela abaixo que compara a evolução do preço do metro quadrado do solo nos bairros localizados no entorno do shopping:

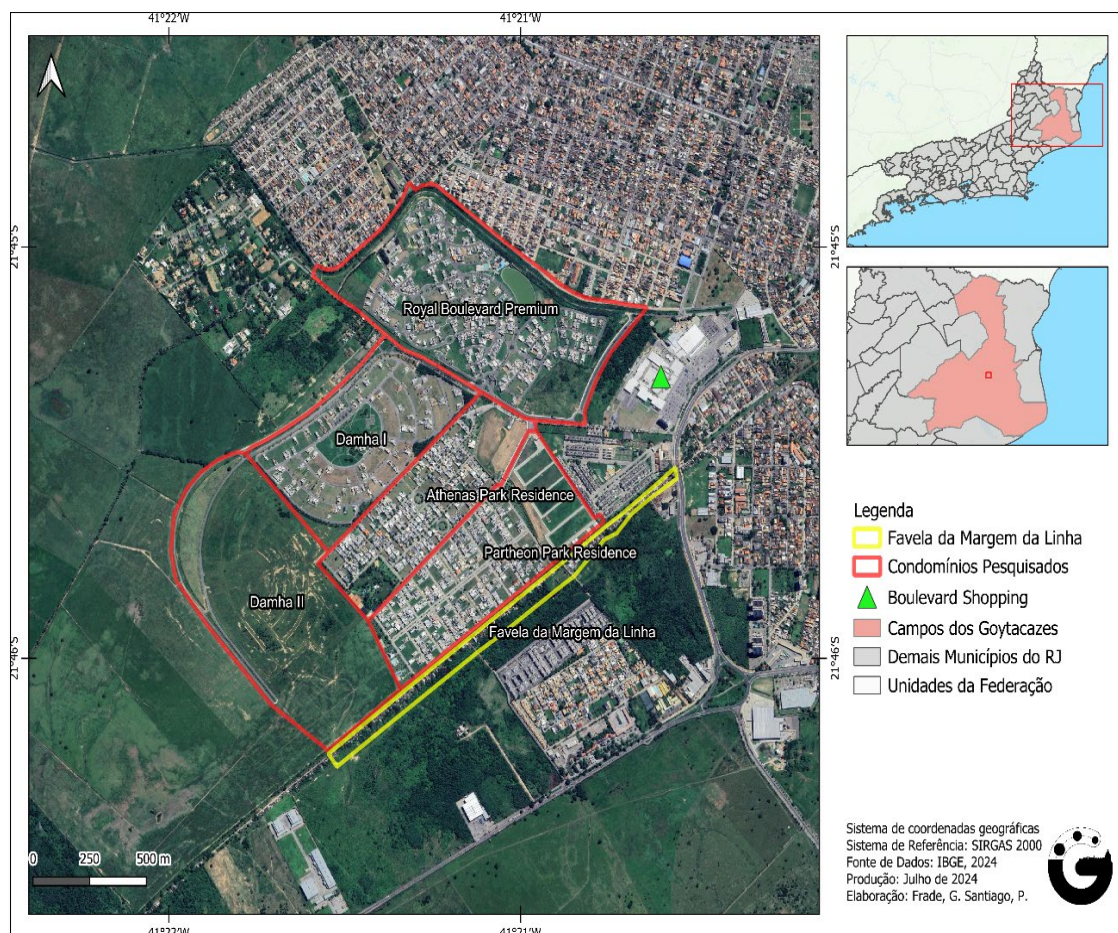
Tabela 1: Preço do metro² do solo nos bairros no entorno do Partage Campos

Bairro	2007	2009	2011	2024*
Parque Leopoldina	--	R\$540,00	R\$493,00	R\$2.013,00
Parque Julião Nogueira	R\$193,00	R\$166,00	R\$381,00	--
Parque São Caetano	R\$305,00	R\$349,00	R\$381,00	R\$2.068,00
Parque Rodoviário	R\$20,00	R\$309,00	R\$500,00	R\$2.966,00
Parque Santo Amaro	R\$280,00	R\$333,00	--	--
Parque Esplanada	R\$97,00	R\$116,00	R\$140,00	R\$2.106,00

Fonte: Faria, 2012 (*adaptado pela autora, Tabela Guide 2024)

A chegada de infraestrutura comercial e de serviços atraiu a atenção de promotores imobiliários. Hoje o bairro Parque Rodoviário conta com cinco condomínios horizontais voltados para classe média alta e alta: Athenas Park, com 244 lotes de 600m²; Partenon Park Residence, com 434 lotes de 420m² a 670m²; Dahma I, com mais de 300 lotes a partir de 400m²; Dahma II, com 488 lotes de 400m² a 595m² e Royal Boulevard Premium, com 525 Lotes a partir de 400 m², conforme exposto no mapa abaixo.

Mapa 1- Localização dos objetos de pesquisa



Fonte: IBGE, 2024

Muitos lotes desses condomínios ainda não foram vendidos, outros estão na fase de construção de residências e o bairro já teve um incremento populacional considerável sendo, atualmente, o 7º bairro mais valorizado (uma valorização de mais de 14.000% de acordo com a tabela acima) num total de 34 bairros do município segundo dados da plataforma Imóveis Guide.

Contrastando com essa nova realidade, estão as cerca de 400 famílias residentes da Favela da Margem da Linha, até 2014 considerada a maior favela de Campos segundo dados do Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense do Rio de Janeiro, formada basicamente por antigos trabalhadores do corte de cana da Usina do Queimado, que após serem demitidos e perderem o benefício da residência concedido pela Usina, passaram a ocupar um espaço entre a Usina e a linha férrea, às margens da antiga Rede Ferroviária Federal.

A valorização do bairro, aliada à presença de novas ofertas de serviços tem atraído essa nova demanda solvável recém-chegada em área majoritariamente ocupada por uma população de poucos recursos, alterando o perfil de moradia do Parque Rodoviária. A instalação desses empreendimentos horizontais nesta área tem resultado em alguns conflitos de interesses, na segregação socioespacial e na luta, por parte da população da favela, pelo direito à cidade.

3 PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO EM CURSO

Os condomínios fechados, segundo Caldeira (1997), possuem as seguintes características básicas: são propriedades privadas com áreas e equipamentos de uso coletivo, dirigem-se, preferencialmente, para as classes mais abastadas, enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade, estão fisicamente demarcados por muros, grades e detalhes arquitetônicos, voltam-se para o interior e não em direção à rua, possuem infraestrutura básica, serviços, portaria, áreas verdes e sistemas de vigilância e segurança, impondo regras internas de inclusão e exclusão e apresentam grande flexibilidade no que diz respeito à localização, podendo se situar praticamente em qualquer lugar, tendo em vista sua autonomia e independência em relação ao entorno.

O Estado constitui um agente importante na produção do espaço urbano e em Campos dos Goytacazes, como analisa Faria (2003), pode-se dizer que as ações seletivas

do poder público no tocante às obras de infraestrutura e embelezamento da cidade foram uma das principais responsáveis pelo início da segregação socioespacial, já que investimentos na produção espacial através de obras e implantação de infraestrutura em áreas de interesse, tem sido claramente baseados no poder aquisitivo da população que reside nessas determinadas áreas, delimitando espaços de valorização, e inovação/diferenciação das habitações.

A atuação do Estado insere-se no contexto econômico, político e social de cada momento da dinâmica socioespacial da região em que se situa. O leque de possibilidades de ação do Estado inclui, entre outras, as seguintes: estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço; taxar a propriedade fundiária, edificações, uso da terra e atividades produtivas – diferenças espaciais dessa taxação refletem e condicionam a diferenciação socioespacial no espaço urbano; produzir as condições de produção para outros agentes sociais, como vias de tráfego, sistemas de energia, água e esgotamento sanitário, assim como o próprio espaço físico da cidade, por meio de obras de drenagem, desmonte e aterramento. A partir deste fato, pode-se afirmar que, em função da dinâmica imobiliária que está ocorrendo no eixo de expansão urbana onde se localiza a Favela Margem da Linha, a presença destas famílias constitui um elemento negativo à lógica de uso do espaço por parte dos incorporadores imobiliários e da nova parcela de moradores. Assim, o poder público vem usando estratégias de ação que vão ao encontro dos interesses desse segmento econômico, incumbindo-se da remoção das famílias pobres.

Os moradores da Favela da Margem da Linha, sob o discurso de risco social, têm sofrido com manobras estatais para remoção das famílias residentes para conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz¹ no bairro de Ururaí, localizado a cerca de 10 quilômetros de distância de suas residências atuais, considerado área rural, onde é precária a infraestrutura de saneamento, transporte, serviços de saúde e educação, dentre outros, e que sofre com constantes alagamentos pela cheia do rio Ururaí, fatores que dificultam e colocam em risco as condições de vida digna dos moradores.

A busca pela aquisição de lucros por meio da especulação imobiliária ignora e vai na contramão dos princípios assegurados pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Cidade de 2001. O Art. 182, da Constituição Federal afirma que a política de

¹Programa promovido pela Empresa Municipal de Habitação, Urbanização e Saneamento do Município de Campos dos Goytacazes-RJ. O Morar Feliz tem como objetivo construir unidades habitacionais populares e promover a posse legal da casa própria para famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

desenvolvimento urbano deve ser implementada pelo poder público municipal, visando o pleno exercício das funções sociais da cidade e resguardando o bem-estar dos seus habitantes.

De acordo com Corrêa (1995), a classe dominante, ou uma de suas frações, segrega outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Em Campos dos Goytacazes, o poder público tem se mostrado um grande aliado aos interesses das elites no que diz respeito à mercantilização do território ao deixar a provisão de moradias quase exclusivamente à mercê do jogo do mercado, contribuindo para que o acesso a elas ocorra de forma desigual e excludente, acentuando o processo de segregação socioespacial.

O perfil socioeconômico dos moradores da Favela da Margem da Linha é expressivamente distinto dos moradores de seu entorno, principalmente dos condomínios fechados, o que reforça a prática segregacionista no processo de remoção da favela. A construção de habitações sociais cada vez mais distantes do centro do município agrava ainda mais esse quadro, haja vista que os loteamentos populares são os meios encontrados pelo capital para refrear as invasões e concretizar a participação dos demais trabalhadores no circuito imobiliário, com a expectativa de acumulação para o setor (CARVALHO, 2019).

Apesar da proposta de “melhor qualidade de vida e cidadania”, o Programa Morar Feliz apresenta contradições na sua execução. Ele pretende garantir o direito à moradia para famílias de baixa renda, mas não se preocupa em garantir o acesso dessas famílias às infraestruturas básicas, promovendo o que Marques (2005) considera um quadro de segregação socioespacial:

“Por segregação, se nomeavam os heterogêneos processos que produziam a separação e concentração de grupos sociais, assim como produziam e reproduziam desigualdades sociais no espaço [...] segregação significa desigualdade de acesso, em várias acepções da expressão.” (Marques, 2005, p. 33)

Caldeira (1997) ressalta como os discursos e estratégias de proteção, na atualidade, se entrelaçam com as transformações urbanas para produzir um padrão de segregação baseado em um novo formato de espaço público, apartando e distanciando os grupos sociais. Segundo a autora “a segregação – tanto social como espacial – é uma marca das cidades. As regras que compõem o espaço urbano são substancialmente

padrões de diferenciação social e, até mesmo, de separação, expressando como os grupos sociais se inter-relacionam nas cidades.” (Caldeira, 1997, p. 211).

Evidencia-se assim, como o poder público atua fortemente na elaboração e provimento de condições necessárias para a estruturação dos bairros de forma diferenciada em Campos e não há dúvida que na cidade capitalista tal ação reforça seu interesse particularizado, relacionado a uma camada econômica influente. A partir disso, é de se esperar que a ação pública venha contribuir efetivamente para a construção de espaços diferenciados quanto à infraestrutura, fornecendo às áreas de interesse do capital e das classes dominantes benefícios que são negligenciados às demais camadas da sociedade, acarretando uma segregação socioespacial gradativa e impedindo a população de mais baixa renda ao acesso de mínimas condições de subsistência social.

Ao mesmo tempo em que o Estado pode ser gerador de segregação, pode criar políticas públicas para tentar minimizar esse problema, como aponta Marcuse “algumas medidas em nível local podem ter impacto real como (...) a provisão de moradia social em áreas urbanas, planejadas como parte da política habitacional, a fim de promover o desenvolvimento econômico local” (Marcuse, 2004, p. 30). O Programa Morar Feliz se enquadra nessa política pública, porém, o que podemos observar é que os conjuntos não apresentam condições adequadas para moradia no que diz respeito ao acesso à transporte urbano adequado, escolas, hospitais, oferta de emprego digno etc., agravando a situação de abandono da população removida da Favela da Margem da Linha, representando uma lógica de remoção urbana ao invés de democratização do acesso à moradia popular, com condições qualitativas de produção e reprodução social.

Segundo Harvey (1980), um único agente pode assumir diferentes papéis na produção do espaço urbano: os promotores imobiliários que também podem ser proprietários fundiários, agentes imobiliários, industriais da construção civil, instituições financeiras e instituições governamentais, sendo que cada um deles está determinado por regras de valorização de cada capital. No mesmo viés Corrêa (1995) afirma que os promotores imobiliários são um conjunto de agentes que realizam parcial ou totalmente a incorporação, o financiamento, o estudo técnico, a construção do capital-mercado em capital-dinheiro. Sendo assim, podemos considerar promotores imobiliários desde o proprietário fundiário que se tornou construtor e incorporador, passando pelo comerciante que diversifica suas atividades, até as grandes instituições financeiras, inclusive o Estado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Campos dos Goytacazes, assim como tantas outras cidades médias brasileiras que vêm se tornando alvo preferencial do desenvolvimentismo recente (Santos, 2012), vivencia problemas urbanos, que até algumas décadas atrás eram exclusividade de grandes metrópoles. A instalação dos empreendimentos horizontais no bairro Parque Rodoviária resulta em vários conflitos e na segregação socioespacial, na luta pelo direito à cidade, no não cumprimento de normas de uso e ocupação do solo urbano ditado pela acumulação de capital e especulação imobiliária.

Desde seu surgimento ainda no final do século XIX, no Rio de Janeiro, as favelas qualificam-se como objeto de intervenção, constituindo-se como problema social e alvo de diferentes modalidades de intervenção urbana (Valladares, 2005). Segundo o autor, as políticas remocionistas são mais cômodas para o Estado que se encarrega de construir conjuntos habitacionais em zonas periféricas afastadas, promovendo o deslocamento de famílias pobres e consequentemente retirar das áreas mais valorizadas os problemas decorrentes da manutenção das mesmas, além de favorecer aos promotores imobiliários que através da especulação, acabam valorizando o solo.

A favela, constituindo a materialização da luta pelo acesso à terra e à moradia urbana, é parte da cidade real, produto das relações capitalistas de produção do espaço, como afirma Rodrigues:

O mesmo processo – o desenvolvimento do capitalismo –, que provoca a expropriação no campo, provoca também a super-exploração na cidade e cria uma população excedente para as necessidades médias de acumulação. A favela é uma 'instituição necessária' ao desenvolvimento do capitalismo, porque é onde se aloja uma parcela da classe trabalhadora. Na aparência há uma contradição entre a massa de riqueza gerada e a extrema penúria de uma grande parte dos trabalhadores. Na essência, o mesmo processo que propicia a produção da riqueza espolia o trabalhador até o limite máximo da sua força de trabalho, única riqueza que lhe restou e que vê esgotada dia a dia. A favela é então um dos aspectos da organização do espaço para e pelo capital. (Rodrigues, 1988, p. 03)

No município de Campos, o objetivo do Programa Morar Feliz não tem sido oferecer moradia digna à população que necessita amparo social, e sim expulsá-la de seu território a partir do momento que este se torna área de interesse do capital imobiliário. Harvey (1980), ao discutir o significado de segregação, argumenta que diferenciação residencial significa acesso diferenciado a recursos necessários para se adquirir

oportunidades para ascensão social. Segregação, ou ainda, diferenciação residencial segundo grupos, significa disparidades na proximidade às facilidades da vida urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, e ausência de proximidade aos custos da cidade como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infraestrutura etc.

Morar num bairro periférico de baixa renda, nessas circunstâncias, significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda e cultural. Isso quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital. Infere-se, portanto, que estas pessoas estão fadadas a perpetuar o ciclo vicioso da pobreza, da miséria, da violência, aliada à falta de um Estado capaz de suprir as necessidades básicas dessa população.

O cenário exposto evidencia que a moradia como direito social está marcada por inúmeras dificuldades, sendo imperativa a organização comunitária em constantes esforços e resistência à possibilidade de remoção, luta pela permanência em suas casas e por uma intervenção que garanta não só o direito à moradia, mas o direito à moradia adequada, que também envolve o espaço urbano sustentável e inserido na cidade.

REFERÊNCIAS

ABRASCE. Associação Brasileira de Shopping Centers. Site institucional, disponível em: <http://www.abrasce.com.br> Acesso em 15 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 02 ago. 2024.

CALDEIRA, Teresa. Pires do Rio. Enclaves Fortificados: a Nova Segregação Urbana. São Paulo: Estudos Cebrap, v. 47, p. 155-176, 1997. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj359GcpKqLAXWCqpUCHULtM7YQFnoECBoQAQ&url=https%3A%2F%2Feverbe.net%2Fidades%2Fwp-content%2Fuploads%2F2011%2F08%2FEnclaves-fortificados_segregacao-urbana.pdf&usq=AOvVaw0y37av6szG1-5dQGcynKAw&opi=89978449 Acesso em: 04 fev. 2025.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Plano Diretor de Campos dos Goytacazes, Lei complementar nº 015, de 07 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8>

[=8&ved=2ahUKEwiRh7mwpKqLAXXylJUCHSL5ALoQFnoECBkQAQ&url=https%3A%2F%2Ffazenda.campos.rj.gov.br%2Flegislacao%2Fleis-complementares%2F&usg=AOvVaw0H0ZdshpjYqxX98r4xMqQK&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiRh7mwpKqLAXXylJUCHSL5ALoQFnoECBkQAQ&url=https%3A%2F%2Ffazenda.campos.rj.gov.br%2Flegislacao%2Fleis-complementares%2F&usg=AOvVaw0H0ZdshpjYqxX98r4xMqQK&opi=89978449)
Acesso em: 04 fev. 2025.

CARVALHO, Pollyana de Souza. Nas franjas da cidade: a luta por direitos sociais na periferia de Campos dos Goytacazes (RJ). 2019. 126 f. TCC (Graduação em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiRy9XEpKqLAXXmrpUCHVXXECsQFnoECBkQAQ&url=https%3A%2F%2Fapp.uff.br%2Ffriuff%2Fhandle%2F1%2F13242&usg=AOvVaw00XG4msfsB3QwV1Pe771AL&opi=89978449> Acesso em: 04 fev. 2025.

CORREA, R. L. O espaço urbano. 3ª edição - Ática, São Paulo, 1995 Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwit8YXXpKqLAXUklJUCHZ_sLRwQFnoECBkQAQ&url=https%3A%2F%2Feverbe.net%2Fidades%2Fwp-content%2Fuploads%2F2011%2F08%2FOespaco-urbano.pdf&usg=AOvVaw3qQ7cVfla9NHSN9kMm8-Dc&opi=89978449 Acesso em: 04 fev. 2025.

FARIA, T. P. Arquitetura residencial urbana em Campos dos Goytacazes:

Transformações ao longo do século XIX e início do século XX. 1992. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiR8rznPKqLAXUrqpUCHaiAMPAQFnoECBQQAQ&url=https%3A%2F%2Fuenf.br%2Fposgraduacao%2Fpoliticas-sociais%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F11%2F2015%2F06%2FKEILA-PIROVANI-DA-SILVA-FREITAS.pdf&usg=AOvVaw28jionn-bG7z0tFRMpEX40&opi=89978449>
Acesso em: 04 fev. 2025.

FARIA, T. P. Projeto urbanístico e a configuração sócio-espacial da cidade de Campos dos Goytacazes. Anpur 2001.

GODOY, A.L.C.; ALIPRANDI, D.C. O Rio Paraíba do Sul como fronteira no tratamento desigual dos espaços livres públicos na cidade de Campo das Goytacazes/RJ. In: Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Salvador/BA, 2016.

HARVEY, D. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiarL-tpaqLAXVYr5UCHU_xIXoQFnoECAoQAQ&url=https%3A%2F%2Fcenso2010.ibge.gov.br%2F&usg=AOvVaw0Rmj3LmKkEJldfeXy5L47V&opi=89978449 Acesso em: 04 fev. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi1rK3DpaqLAXXlqpUCHUnzJskQFnoECBkQAAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.ibge.gov.br%2Festatisticas%2Fsociais%2Ftrabalho%2F22827-censo-demografico-2022.html&usg=AOvVaw3kEdBcFYErehFdoPxLytLX&opi=89978449>
Acesso em: 04 fev. 2025.

MARCUSE, P. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. In: Espaço e Debates. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, p. 24 – 33, jan./jul. 2004. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwij4tvmpaqLAXU-s5UCHbwVJcsQFnoECBQQAQ&url=https%3A%2F%2Frepositorio.usp.br%2Fitem%2F001426276&usg=AOvVaw1F-srSKK4kQy0q9W4czDyR&opi=89978449> Acesso em: 04 fev. 2025.

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: TORRES, H. (Org.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo, SP: Editora SENAC São Paulo, 2005.

NEGRI, B. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880 – 1990). Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

PIQUET, R.; GIVIZIES, G.; OLIVEIRA, E. A nova centralidade de Campos dos Goytacazes: o velho e o novo no contexto regional. Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ. Fórum - Rio, n. 18-19, Jan.-dez./2006.

SANTOS, A. Cidades Médias: novas fronteiras de oportunidades. In: SANTOS, A.; MARAFON, G. J.; SANT'ANNA, M. J. G. (Org.). Rio de Janeiro: um território em mutação. Rio de Janeiro: Gramma: Faperj, 2012.

SILVA, R. C. R. S.; CARVALHO, A. M. Formação econômica da Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, R. M.; SILVA NETO, R. e (Orgs.). Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

VALLADARES. Licia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem à favela. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.